

EDITORIAL

Apresentamos à comunidade acadêmica, pesquisadores, estudantes, lideranças e público em geral, a primeira edição de 2015 da revista **Desenvolvimento Regional em debate** (DRd). Compreende dez artigos, sendo oito de pesquisadores brasileiros, um da Argentina e outro do México.

O artigo inicial aborda tema relevante inerente à reflexão sobre os processos de desenvolvimento regional, em especial, no que se refere à sua gestão. Trata-se do artigo **Fundamentos Teóricos da Gestão Social**, no qual são destacadas categorias conceituais, tais como, a Solidariedade, a Sustentabilidade, a Democracia Deliberativa, a Dialogicidade, a Intersubjetividade, a Racionalidade e a Emancipação. Estas categorias conformam um arcabouço teórico inovador, denominado por um grupo de renomados pesquisadores brasileiros de Gestão Social.

O *locus* no qual os autores propõem a Gestão Social é a Esfera Pública, como um espaço social gerado no processo de comunicação. É oportuno nos perguntar: será possível estender formas de gestão social nas práticas de apoio ao desenvolvimento regional, ou em práticas de associativismo no campo empresarial, ou demais espécies de associativismo territorial? E quais as implicações da aplicação de formas de gestão social em tais práticas? É uma boa reflexão, por isso, apresentamos o texto que introduz este debate, além de Português, em outras duas línguas, no espanhol e no inglês.

A sequência dessa edição é dividida em duas partes. A primeira, com um conjunto de artigos que apresentam práticas de políticas públicas, de planejamento urbano e regional, ou iniciativas empresariais, nos quais o tema da gestão é tratado, direta ou indiretamente.

Assim, o segundo artigo - **Gestão da Cadeia de Reciclagem em rede: um estudo do Projeto Ecocidadão no Município de Curitiba** - trata da gestão de resíduos no município de Curitiba, realizada na forma de redes, como cooperativas e associações de catadores, tendo os agentes públicos, por meio da Prefeitura Municipal, como articuladores do processo. Quanto ao tema gestão, os autores afirmam que os agentes públicos municipais exercem papel de fomentação, manutenção, estruturação e coordenação na rede de reciclagem, no entanto, ressaltam que ainda há muita dependência da prefeitura para organização desta cadeia. Trata-se de um exemplo de experiência na qual se poderia testar os princípios da Gestão Social.

Ainda no campo do setor público, o terceiro artigo - **Comunicação Pública e acesso à informação na Gestão Municipal: um estudo em Campos dos Goytacazes-RJ** - se propõe analisar as práticas de comunicação pública implementadas pela Prefeitura, nesse município que é um dos maiores receptores de *royalties*, no Brasil, em função da produção de petróleo. A análise esteve focada na avaliação do cumprimento das atribuições, na área da comunicação pública, no que tange, principalmente, ao direito de acesso à informação por parte do cidadão. Tem relação com a Dialogicidade, como princípio da Gestão Social, ou se quisermos entender de outra forma, com a transparência das ações dos agentes públicos. Quanto ao cumprimento

do princípio da dialogicidade ou da transparência, os autores concluem existir na prática analisada uma acanhada prática de Comunicação Pública, no que diz respeito a abastecer o cidadão com informações para que ele usufrua melhor dos serviços ofertados e possa integrar o processo decisório que acompanha a prática política. Portanto, é possível conjecturar, nesse caso, a necessidade de uma prática de gestão mais de acordo com os princípios da Gestão Social.

Já o quarto artigo - **Ações públicas para promoção de aglomerações produtivas: o caso do APL de Belo Horizonte, Juiz de Fora e Uberlândia – Minas Gerais** - refere-se a uma prática de associativismo no campo empresarial com apoio do setor público. As análises dos autores demonstram não se referir a uma prática de gestão satisfatória, pois, concluem os autores que a cooperação existente entre seus atores é incipiente, uma vez que a maioria dos relatos dos atores demonstra existir ações isoladas e pontuais em detrimento das coletivas e constantes, apontando a necessidade de implementar ações comprometidas como a criação de uma visão pautada na cooperação entre os atores. Talvez esse seja o desafio maior de diferentes práticas de associativismo territorial, sejam de cunho exclusivamente público, ou em parceria com o setor empresarial.

O quinto artigo - **Gobernación del cambio climático en México: expectativas de reformas en el contexto sub-nacional** - analisa formas de governança em relação às mudanças climáticas, enfocando perspectivas de realizar reformas nos espaços subnacionais. A referência à gestão neste artigo remete às questões que envolvem o conjunto da sociedade e o setor público, na busca de soluções ou proposição de ações relacionadas aos problemas ambientais. Aponta o autor a necessidade de uma política com visão de integralidade, atendendo a duas tarefas pendentes: a descentralização e a priorização de ações em regiões vulneráveis. Segundo o que conclui o autor, semelhantemente às experiências analisadas nos artigos anteriores, não se trata de uma prática que atenda aos princípios da Gestão Social.

Um segundo conjunto de artigos, apresentados na segunda parte dessa edição, referem-se às práticas pública ou empresarial, em que o tema da gestão não é central. São análises sobre sua efetividade.

Dessa forma, o sexto artigo - **Las relaciones de las estrategias en el resultado exportador en pequeñas y medianas empresas** - analisa uma experiência da região missioneira argentina, em relação às diferentes estratégias competitivas de empresas madeireiras. Concluem os autores que o principal aporte do trabalho é mostrar o papel da inovação em produtos com maior valor agregado e atividades de promoção e vinculação com estratégias de exportação, como diferencial competitivo entre o conjunto das pequenas e médias empresas analisadas.

O sétimo artigo - **Estudo da concentração da Cadeia de Serviços no Município de Campos do Jordão 2008 - 2012** - caracteriza a concentração da cadeia de serviços, para a formação do setor de turismo. Considerando as condições naturais do município, na perspectiva da melhoria das condições de vida, a análise do autor aponta o modelo proposto de Polo de Desenvolvimento Sustentável, como estratégia para a consolidação da cadeia produtiva do turismo.

O oitavo artigo - **Desenvolvimento Econômico Local em Assis Chateaubriand-PR** - analisa a conjuntura econômica desse município, com um foco especial na questão do

emprego e da renda, com base no Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal. Os autores concluem que o emprego e a renda em Assis Chateaubriand são as principais áreas que necessitam de melhorias para que o desenvolvimento econômico local possa apresentar avanços.

Os dois últimos artigos referenciam as políticas públicas, em especial análises sobre as ações de saúde pública. O nono artigo - **Saúde e Desenvolvimento: uma análise a partir do conceito de desenvolvimento de Amartya Sen** - propõe uma discussão sobre o conceito ampliado de saúde construído a partir da legalização do Sistema Único de Saúde na Constituição Federal de 1988, consolidado pelas Estratégias de Saúde da Família, com as ideias sobre desenvolvimento defendidas pelo economista Amartya Sen. Conclui a autora, que os avanços alcançados pelo Sistema Único de Saúde, fazem dessa política de saúde um modelo mundial, na medida em que incentiva o desenvolvimento focado nas pessoas e na sua condição de vida para a construção de cidadãos livres. É uma análise que compara concepções, no nível teórico. E a prática? É o que veremos no último artigo desta edição.

O artigo **Políticas Públicas de Saúde no Brasil: uma avaliação do IDSUS no Estado do Paraná (2011)** se propõe à avaliação do desempenho do Sistema Único de Saúde no Estado do Paraná. Os resultados demonstraram que o SUS, enquanto política pública representou um avanço na área da saúde, possibilitando atendimento público universal à população. No entanto, os dados comprovam que o sistema, na prática, ainda não conseguiu implementar os princípios fundamentais assegurados na Constituição Federal, apresentando desempenho insatisfatório no cenário nacional e no Estado do Paraná, pois a grande maioria dos municípios não atingiu a nota mínima estabelecida pelo Ministério da Saúde, segundo os critérios internos de avaliação. Parece-nos, no entanto, ser necessário reconhecer que os níveis de qualidade no atendimento à saúde variam entre estados e municípios brasileiros. Por fim, desejamos que os artigos desta edição contribuam para o debate sobre um tema importante, as práticas de gestão do desenvolvimento regional. Ou seja, esperamos que as práticas de gestão, tais como, processos de associativismo territorial, público-privado, ou empresarial, se constituam num "[...] processo de tomada de decisão coletiva, não hierárquico, baseado na democracia e no interesse coletivo dos participantes", conforme afirmam Cançado, Pereira e Tenório, nesta edição.

Por fim, desejamos que os artigos desta edição contribuam para o debate sobre um tema importante para o desenvolvimento: engendrar práticas de gestão sejam de processos de associativismo territorial, público-privado, ou empresarial, como um processo de tomada de decisão coletiva, não hierárquico, baseado na democracia e no interesse coletivo dos participantes, conforme afirmam Cançado, Pereira e Tenório, nesta edição.

Uma boa leitura a todos!

Valdir Roque Dallabrida - Editor-Chefe da Revista DRd
Maria Luiza Milani - Editora Assistente